



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA  
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

**Conselho Estadual de Meio Ambiente**

**ATA DA 69ª RO - REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSEMA**

**São Luís, MA, 21 de fevereiro de 2025**

1. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 14h, foi aberta a 69ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – que ocorreu de forma híbrida, no Espaço Fiema - 4º andar e através link: [bit.ly/42JWMrt](https://bit.ly/42JWMrt).
2. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, fez a primeira verificação de quórum, constando quantidade insuficiente para abertura da reunião. Informou que seria aguardado 30 minutos regimentais para uma nova conferência. Após 30 minutos, fez a segunda conferência de quórum e constou quantidade suficiente para dar início a reunião;
3. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros:
  - I. **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA** – representante do Sindicato de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Maranhão e do Pará - SINDICANALCOOL, titular;
  - II. **ANDRÉA ARAÚJO DO CARMO** – representante da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, titular;
  - III. **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** – representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, suplente;
  - IV. **DANIEL HOLANDA DOS SANTOS** - representante da Polícia Militar do Maranhão – PMMA – BPA, suplente;
  - V. **EDIVALDO MOREIRA GAVIÃO** – representante da Associação Wyty – Cati das Comunidades Indígenas Timbira do Maranhão e Tocantins, titular;
  - VI. **FERNANDO BERGMANN** – representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária – SAGRIMA, suplente;
  - VII. **FRANCISCO BEOLANDIO DOS SANTOS SILVA** – representante da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão – PGE, titular;
  - VIII. **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA** - representante do Centro de Defesa e Promoção e Cidadania, titular;



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

- IX. **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** – representante do Instituto Nacional de Políticas Públicas – INPP, suplente;
- X. **GEORGE LUCAS RIBEIROS DOS REIS MAIA** – representante da SERRACAL Corretivos Agrícolas LTDA, titular;
- XI. **JESSICA PIRES FERNANDES SILVA** – representante da BRK Ambiental, suplente;
- XII. **MARIA ELIANA ALVES LIMA** - representante da Secretária de Estado da Educação - SEDUC, suplente;
- XIII. **RAIMUNDO NONATO MORAES ANDRADE** - representante do Movimento Arariba, titular;
- XIV. **REINALDO PEREIRA DA SILVA** - representante do Instituto Ecológico Martim Pescador - IEMP, suplente;
- XV. **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** - representante da Sociedade Maranhense de Defesa e Moradia Digna, suplente;
- XVI. **THIAGO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA** – representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, titular;
- XVII. **VITOR HUGO SOUZA MORAES** – representante do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, titular;

4. Lista de Participantes:

- I. **HADINA BIANCA CUTRIM SILVA** – CONSELHOS/SEMA;
- II. **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** – CONSELHOS/SEMA;
- III. **ANDRÉA SABÓIA MORAES SOUSA** - SEMA;
- IV. **EDSON FRANCO DE SÁ JÚNIOR** – BPA-PM/MA
- V. **RAISSA RIBEIRO DE GUSMÃO AZULAY** - SEMA;
- VI. **TÂNIA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA** - SEMA;
- VII. **ETHIANE DE FÁTIMA C. DE SOUSA** – BPA-PM/MA;
- VIII. **JOELSON CACO PEREIRA DA GRAÇA** - SEMA

5. Justificaram ausência:

- I. **CASSIANO RICARDO CORDEIRO BASTOS** – Representante da Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte – Suplente
- II. **JOSÉ RAMIRO ESTEVES RAMOS** – Representante da companhia ENEVA S.A – Titular;
- III. **MORGANA MEIRELLYZ QUEIROZ FERNANDES** – Representante da Associação



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

Justiça dos Trilhos – Titular;

- IV. RAFAELA MARIA SERRA DE BRITO – Representante da companhia AIR SEMEAR  
Consultancy Eireli – Suplente;
- V. SUELY GONÇALVES DA CONCEIÇÃO – Representante da Companhia de Saneamento  
Ambiental do Maranhão – CAEMA, suplente;

6. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu pela presença de todos e deu início à pauta com a aprovação da ata da 26ª Reunião Extraordinária do Consema. Abriu para manifestação, sendo esta aprovada por unanimidade. Na sequência, foi apresentado o tópico seguinte destinado à inversão de pauta, retirada de matérias e requerimentos de urgência, por escrito ou verbalmente. Questionou se algum dos conselheiros teria alguma manifestação, não havendo deu-se continuidade. Solicitou-se, então, a inversão da ordem da pauta, conforme pedido da servidora Andréa Sabóia Moraes Sousa, que ficaria responsável pela apresentação do Programa de Desenvolvimento de Gestão Ambiental (PDGA). Originalmente, sua exposição ocorreria após o item "Conexão Ambiental", mas, devido a um compromisso previsto para as 16h, a servidora requereu a alteração. Verificou-se a anuência dos presentes e, não havendo objeções, decidiu-se iniciar imediatamente por sua apresentação. Concedeu a palavra à servidora Andréa Sabóia Moraes Sousa, que foi formalmente convidada a compor a mesa. A referida servidora assumiu a condução da apresentação do Programa de Desenvolvimento de Gestão Ambiental (PDG) aos presentes.

7. A Servidora **ANDRÉA SABÓIA MORAES SOUSA**, cumprimentou os presentes e iniciou sua exposição. Informou que atua há 13 anos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, especificamente no setor de licenciamento ambiental da superintendência, e destacou que uma de suas atribuições envolve capacitações para municípios com Termo de Capacidade Técnica Institucional, conforme a Resolução CONSEMA Nº 043/2019. Relatou que, recentemente, houve aumento na demanda por capacitações, o que exigiu conciliar essas atividades com as análises de processos de licenciamento e o cumprimento das obrigações previstas na resolução. Para otimizar esse processo, a SEMA criou o Programa de Desenvolvimento de Gestão Ambiental (PDGA), com os seguintes objetivos: Promover formações continuadas, visando a melhoria contínua dos procedimentos ambientais; fortalecer



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

o diálogo com sociedade civil, classe empresarial e demais poderes públicos; oferecer capacitação técnica a servidores municipais e estaduais de órgãos ambientais; realizar atualizações e formações integrativas para atores envolvidos na esfera ambiental. Frisou que o programa foi elaborado para atender tanto a municípios com Termo de Capacidade quanto àqueles que ainda não possuem orientações consolidadas. Explicou que o PDGA consiste em treinamentos e capacitações para aprimorar habilidades técnicas, conhecimentos ambientais e competências como liderança; O programa divide-se em três eixos: 1) Poder Público; 2) Classe Empresarial; 3) Sociedade Civil; No Eixo 1 (Poder Público), há duas abordagens: municípios com Termo de Capacidade Técnica (70 atualmente) recebem atualizações e capacitações avançadas; municípios sem Termo recebem orientação para estruturação de secretarias; Os Eixos 2 e 3 atendem respectivamente: empresas (empreendedores, consultores, CREA); e sociedade civil (estudantes, conselheiros, profissionais da área); Inclui também colaboração com outros órgãos públicos, como Ministério Público; As capacitações são adaptadas conforme as necessidades específicas de cada grupo. Relata-se a exposição sobre os métodos de aprendizagem do PDGA: Modalidades: cursos e seminários (presenciais/online), com início pelos presenciais devido a fatores logísticos; Temáticas abordadas: licenciamento ambiental, recursos florestais, fiscalização, gestão de resíduos (incluindo saneamento, por demanda recente), biodiversidade e mudanças climáticas; Cursos serão oferecidos de forma não sequencial, conforme necessidade de cada eixo (Poder Público, Classe Empresarial, Sociedade Civil); Exemplo citado: curso de licenciamento ambiental com ementa já finalizada; Formato continuado para acompanhamento progressivo; Período de teste de 1 ano para avaliação do programa. Inicialmente, o grupo relatou que estava trabalhando exclusivamente na parte referente ao licenciamento, enquanto as demais temáticas ainda se encontram em fase de estruturação. Inclusive, o próprio tema do licenciamento está em desenvolvimento, uma vez que há a previsão de convidar especialistas de cada área para contribuir na elaboração das ementas dos cursos ofertados. No que diz respeito ao licenciamento – área de atuação principal do setor –, informou-se que já foi iniciada a construção de um cronograma e conteúdo programático, com definição de carga horária. O material foi organizado em módulos, sendo o Módulo 1 dedicado aos conceitos básicos de licenciamento ambiental. Em seguida, foram apresentados os detalhes do Módulo 2, que aborda a legislação ambiental brasileira, incluindo carga horária, conteúdo programático e metodologia. Discorreu-se sobre as etapas do processo



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

de licenciamento ambiental, com ênfase nos estudos técnicos necessários, sempre alinhando conteúdo e método. Ressaltou-se, no entanto, que a ementa ainda não está finalizada, mas que a exposição teve como objetivo demonstrar o estágio atual dos trabalhos. Foi mencionado que o programa está em constante aprimoramento, com solicitação de apoio pedagógico para refinamento do conteúdo. Para ilustrar o andamento, foi compartilhado um material de 14 páginas, contendo a estrutura preliminar do Módulo 2, que trata da legislação e normas ambientais aplicadas ao licenciamento no Maranhão. Além disso, foram citados outros módulos em desenvolvimento, como: Estudos de impacto ambiental; Análise de aplicação do TCTI (Termo de Capacidade Técnico Institucional); Planejamento estratégico. Pontuou que o módulo em questão abordará prioritariamente a temática de planejamento, em razão das demandas observadas nos municípios que possuem Termo de Capacidade Técnico Institucional (TCTI). Conforme a resolução vigente (período de 1º de janeiro a 30 de abril), esses municípios devem apresentar relatórios anuais com base nas ações executadas no ano anterior. Constatou-se, porém, que grande parte dos relatórios recebidos apresenta deficiências estruturais, tais como: Dificuldade na elaboração de projetos; Falta de domínio sobre planos de ação e metodologias de planejamento; Inobservância de normas técnicas para apresentação de documentos. Pontuou que, apesar da disponibilização de modelos e termos de referência instruídos, os materiais enviados ainda chegam de forma desorganizada, o que impacta a análise técnica pelos órgãos competentes. Diante desse cenário, decidiu-se pela criação de um curso específico para capacitação em gestão técnica, com os seguintes eixos: Geoprocessamento aplicado ao licenciamento; Aspectos técnicos e jurídicos (com participação da equipe jurídica); Licenciamento em obras de infraestrutura e setor industrial energético. Destacou que a ementa foi elaborada de forma abrangente, contemplando temas emergentes como hidrogênio verde e estudos de impacto ambiental, com o objetivo de promover uma formação robusta e alinhada às inovações do setor. O foco central é suprir as lacunas identificadas, garantindo que as equipes técnicas municipais desenvolvam competências para a apresentação de documentos claros, estruturados e em conformidade com as exigências legais.

8. A Servidora **TÂNIA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA**, da Superintendência de Educação Ambiental, manifestou sobre a ementa em construção, destacando a diferença entre método e metodologia. Relatou que metodologia se refere à abordagem geral do processo,



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

como aulas expositivas e dialogadas, enquanto método trata das ferramentas específicas, como abordagens indutivas ou dedutivas. Sugeriu que a ementa apresente primeiro a metodologia de forma ampla e depois detalhe os métodos específicos, visando maior precisão técnica no documento. Mencionou sobre a necessidade de incluir "Gestão da Educação Ambiental" no conteúdo, e comentou sobre o processo de construção da ementa, destacando que, após a finalização do curso, pessoas externas poderão analisar o material disponibilizado online. Citou que a professora Andréa Araújo do Carmo e outros acadêmicos possuem expertise na elaboração de ementas de cursos, o que poderá contribuir para o aprimoramento do documento em desenvolvimento.

9. A servidora **ANDRÉA SABÓIA MORAES SOUSA**, falou sobre a importância da colaboração acadêmica para o desenvolvimento do programa. Relatou que foram mantidas conversas com professora Andréa Araújo Do Carmo e mencionada a necessidade de parcerias externas, conforme destacado em conversas pelo Secretário Adjunto e Vice-Presidente Arthur Barros Fonseca Ribeiro, devido à limitação da equipe técnica disponível. Comentou sobre os desafios atuais, onde a realocação de analistas para ministrar cursos impacta negativamente os prazos de licenciamento. Destacou que o programa em desenvolvimento visa equilibrar essas demandas através de um cronograma definido com módulos estruturados, permitindo que municípios e outros participantes se organizem previamente. Finalizou reforçando a necessidade de estabelecer datas definitivas para evitar transtornos operacionais e garantir o cumprimento das atividades regulares do órgão ambiental. Pontuou que os tópicos da ementa ainda estão em fase de construção, incluindo a definição da carga horária e dos setores envolvidos (licenciamento, monitoramento e educação ambiental). Mencionou que já existe uma estrutura inicial com eixos temáticos definidos, porém ainda são necessários ajustes nos módulos, carga horária e seleção dos ministrantes. Destacou a qualidade da equipe técnica disponível, composta por professores, mestrados e profissionais externos que serão convidados a contribuir. Enfatizou a importância da diversidade de perspectivas nesse processo colaborativo. Agradeceu ao final pela participação.
10. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** abriu para manifestações.
11. A Conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, disponibilizou-se em nome da SEDUC para colaborar com o plano de curso para os conteúdos de educação ambiental.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

12. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, destacou a necessidade de incluir no programa conteúdos relacionados à política de recursos hídricos e gestão de bacias hidrográficas, considerando sua imprescindibilidade para a gestão ambiental no Estado do Maranhão. Apontou ainda sobre a importância de esclarecer a base legal desta política pública (se portaria, decreto, lei, resolução ou norma interna da Secretaria), destacando a relevância desta definição para a estruturação adequada do programa.
13. A servidora **ANDRÉA SABÓIA MORAES SOUSA**, mencionou que o programa ainda está em fase de elaboração e que atualmente não possui uma portaria ou outro instrumento legal formalizado. Informou que estão sendo coletadas contribuições para, posteriormente, definir os instrumentos jurídicos adequados para formalização do programa.
14. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, saudou a todas as pessoas presentes. Em seguida, foi mencionado, em complemento ao que já havia sido abordado por Andréa Sabóia Moraes Sousa, que embora ainda não exista uma base legal formalizada ou uma portaria específica, está em fase de construção um programa que motivou a inclusão da pauta na referida reunião. Pontuou que o objetivo principal é colher sugestões e contribuições das conselheiras e conselheiros, possibilitando discussões que ajudem a moldar o programa de forma flexível, permitindo alterações e inclusões ao longo de sua implementação. Foi explicado que o programa será estruturado em vários eixos, sendo o primeiro denominado “Licenciamento Ambiental”. Este eixo surgiu inicialmente em seu setor, pois lida diretamente com licenciamento. Embora tenha começado como uma iniciativa pontual, a proposta foi ganhando corpo à medida que outras reuniões com diferentes setores ocorreram. Também foi relatado que já houve uma conversa inicial com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com a intenção de estabelecer uma parceria com uma instituição especializada no tema. Tal parceria visa, entre outros aspectos, mitigar a sobrecarga direta sobre a SEMA, uma vez que a mesma não dispõe de um quadro de servidores robusto. Foi ressaltado que, sempre que há necessidade de capacitação, é preciso deslocar profissionais de suas atividades ordinárias, o que impacta diretamente na rotina de trabalho. Dessa forma, a proposta é a criação de um programa formalizado legalmente, semelhante ao modelo adotado com o “Floresta Viva”, permitindo maior facilidade na captação de recursos e no estabelecimento de parcerias com grandes empresas, viabilizando a execução do programa da melhor forma.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

15. O Conselheiro **LUIZ HENRIQUE FONTENELLE GRAÇA**, especificou sobre a parte da discussão que tratava das capacitações no âmbito do licenciamento ambiental. Manifestou concordância com a proposta, destacando que não há dúvidas de que a iniciativa poderá aliviar significativamente a carga de trabalho da SEMA, sobretudo considerando as dificuldades enfrentadas por equipes nos municípios, especialmente aquelas envolvidas na regularização de empresas vinculadas à federação e aos sindicatos setoriais. Na sequência, foi sugerido que, durante a construção dos módulos do programa, sejam incluídas oficinas práticas, com foco no conceito de “aprender fazendo”. Também foi recomendada a inclusão de conteúdos que proporcionem aos participantes uma noção básica de como analisar estudos ambientais e revisar a documentação envolvida nesses processos. Enfatizou a importância de que os aspectos relacionados à legislação sejam apresentados de forma clara e didática, considerando que a legislação está em constante evolução. Além disso, foi proposto que seja abordado, de forma prática, como proceder junto a órgãos correlacionados, como Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, tendo em vista os gargalos frequentemente enfrentados nesses pontos. Por fim, destacou que, além da transmissão do conteúdo teórico, é fundamental ensinar como superar essas dificuldades operacionais, já que, muitas vezes, o licenciamento ambiental encontra entraves relacionados à morosidade e à complexidade nos trâmites com diferentes instituições.
16. A conselheira **ANDRÉA SABÓIA MORAES SOUSA**, concordou com as observações feitas anteriormente, afirmando que a questão levantada já vem sendo considerada nas ações da SEMA. Como exemplo, mencionou o curso realizado na semana anterior, que envolveu cinco municípios. Durante essa capacitação, foi reservado um dia e meio exclusivamente para o tema do licenciamento ambiental. Em um dos turnos, foi conduzido um estudo de caso pelo analista Hugo Fernando Silva Silva, com atividades práticas em que os participantes analisaram todo o processo, incluindo as condicionantes. Reforçou que a proposta já contempla não apenas a parte teórica, mas também a prática, com o objetivo de promover a melhoria contínua da atuação das equipes. Destacou que, na prática, ainda há confusões recorrentes por parte das equipes municipais, como, por exemplo, entre os conceitos de monitoramento e fiscalização, fato perceptível nos relatórios recebidos. Por esse motivo, afirmou que estão sendo elaboradas ementas com temáticas específicas para cada módulo de capacitação, sempre prevendo a inclusão de estudos de caso como parte integrante do processo formativo.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

17. O Conselheiro **EDIVALDO MOREIRA GAVIÃO**, iniciou sua fala cumprimentando as pessoas presentes e se apresentou. Em seguida, direcionou uma pergunta à coordenação da reunião, questionando se, no âmbito das formações previstas para os municípios, as terras indígenas localizadas dentro desses territórios também seriam contempladas com o plano de gestão. Destacou que, apesar de as terras indígenas fazerem parte dos municípios, muitas vezes, os povos indígenas não são incluídos nos programas implementados em nível municipal. Ressaltou a importância da participação indígena nas formações de gestão ambiental, pontuando que as comunidades indígenas já possuem seus próprios instrumentos de planejamento, como o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), elaborado por meio de suas associações. No entanto, afirmou que, até o momento, não têm observado ações efetivas por parte do município a que pertencem, mesmo com a existência de tais planos. O participante também mencionou que, quando as comunidades indígenas realizam ações de monitoramento, essas práticas costumam ser mal interpretadas, frequentemente confundidas com ações de fiscalização. Nesse contexto, enfatizou que formações específicas podem contribuir para conscientizar a sociedade local sobre o papel e os limites dessas atividades, promovendo um entendimento mais adequado. Por fim, indagou se haverá espaço para a participação de comunidades indígenas e tradicionais nas formações, inclusive com a possibilidade de incluir lideranças e agentes ambientais dessas comunidades. Reforçou a relevância dessa inclusão para o fortalecimento das ações de preservação e conservação ambiental. Alertou sobre a ausência de diálogo em situações em que empreendimentos são implantados próximos a terras indígenas sem a devida consulta livre, prévia e informada. Destacou que a inclusão dos povos indígenas nos programas de gestão ambiental contribuiria para um diálogo mais justo e efetivo com as comunidades atingidas. Encerrou agradecendo o espaço para suas colocações.
18. A servidora **ANDRÉA SABÓIA MORAES SOUSA**, agradeceu ao conselheiro pela pergunta e esclareceu que, inicialmente, o programa está voltado diretamente ao poder público municipal, com foco nas equipes que atuam nos processos administrativos e técnicos dos municípios. Foi explicado que o programa não se caracteriza como uma iniciativa voltada especificamente à formação de agentes ambientais, como ocorre em outros projetos, mas sim como uma ação formativa e informativa. O objetivo principal do programa, segundo a coordenação, é capacitar os representantes do poder público municipal para aprimorar os



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

processos de licenciamento ambiental, o que, por consequência, contribui para o atendimento mais adequado de situações que envolvam comunidades tradicionais e povos indígenas. Foi pontuado que, ao dominar melhor os procedimentos de licenciamento, os municípios estarão mais preparados para reconhecer a importância da escuta às comunidades impactadas e considerar os possíveis efeitos dos empreendimentos sobre essas populações. Foi reconhecida a pertinência da sugestão trazida pelo conselheiro e considerada a possibilidade de incorporar esse enfoque no eixo de educação ambiental do programa. A coordenação destacou que, dentro do próprio curso de licenciamento ambiental, já são tratados aspectos relacionados à comunicação com comunidades localizadas no entorno de empreendimentos, inclusive povos indígenas e comunidades tradicionais. A proposta foi acolhida como sugestão para a construção de um módulo temático específico, a ser desenvolvido em colaboração com outras secretarias e instituições que atuam diretamente com povos indígenas. A coordenação reforçou a importância de estabelecer essas conexões interinstitucionais, de modo que a formação ambiental seja ampliada de forma integrada e sensível às diferentes realidades. Por fim, foi feito um agradecimento à professora Andréa Araújo Do Carmo, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pelo apoio e contribuição no processo de construção do programa, com menção à importância de sua colaboração contínua.

19. O Conselheiro **DANIEL HOLANDA DOS SANTOS**, iniciou com cumprimentos a todas as pessoas presentes. Informou que atua junto ao batalhão e comentou sobre a presença do BPA na ementa do programa em discussão. Ressaltou que o batalhão pode contribuir de forma significativa, especialmente na área de fiscalização, destacando que há policiais habilitados que já realizaram cursos de capacitação promovidos pela SEMA, pelo IBAMA e por outras instituições, atuando em parceria com diferentes órgãos. Mencionou ainda que o BPA também desenvolve ações na área de educação ambiental, possuindo núcleos dedicados a essa temática. Explicou que essas ações ocorrem de forma contínua, incluindo atividades em escolas, universidades e junto às comunidades. Finalizou colocando o Batalhão de Polícia Ambiental à disposição para colaborar com o programa e agradeceu o espaço.
20. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** agradeceu ao conselheiro pela manifestação, afirmando que, de fato, o apoio do Batalhão de Polícia Ambiental será importante, especialmente no compartilhamento de conhecimento e na contribuição com a experiência da corporação em ações de educação ambiental. Na sequência,



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

retomando o questionamento feito anteriormente pelo conselheiro Edivaldo, foi esclarecido que as questões relacionadas às comunidades tradicionais — incluindo indígenas e quilombolas — já são abordadas de forma transversal dentro das temáticas tratadas nos cursos de licenciamento ambiental. No entanto, foi informado que, durante uma reunião realizada na semana anterior com o Conselheiro Vitor Hugo Souza Moraes, representante do ISPN, surgiu a proposta de incluir um eixo específico no programa voltado exclusivamente à abordagem nessas comunidades. O objetivo desse novo eixo seria ampliar a difusão do conhecimento. Reforçou que esse processo está em construção e que a escuta das contribuições trazidas no âmbito do conselho é fundamental para o aperfeiçoamento do programa. Informou ainda que a expectativa é iniciar as atividades relacionadas ao eixo do licenciamento ambiental já no primeiro semestre, e que os demais conteúdos serão aprimorados progressivamente com base nas sugestões recebidas.

21. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, iniciou sua fala cumprimentando a todos. Em seguida, elogiou o programa apresentado, considerando-o muito interessante, estratégico e viável tanto para a gestão pública municipal quanto para a sociedade civil e o setor empresarial. Fez uma sugestão de encaminhamento, mencionando um instrumento utilizado frequentemente nas redes sociais, especialmente no *Instagram*, que são as chamadas de vídeo que chamem a atenção de uma matéria. Propôs que, para cada setor abordado no programa, como educação ambiental e superintendência de recursos hídricos, fosse criada uma chamada de vídeo explicativa. A ideia seria utilizar essas chamadas para atrair a atenção do público, detalhando o trabalho realizado por cada setor da SEMA. Compartilhou uma experiência recente, na qual foi solicitado a capacitação de uma pessoa, mas ao tentar encaminhar o pedido à SEMA, percebeu que nem todos os envolvidos estavam devidamente habilitados. Destacou que, embora a SEMA certamente prestasse algum tipo de assistência, a comunicação poderia ser mais eficiente e direta. Nesse contexto, sugeriu que o conselho pudesse contribuir com mais ideias e até mesmo apresentar pessoas qualificadas para colaborar na elaboração de planos específicos, especialmente nas superintendências da SEMA. Em relação à educação ambiental, mencionou a experiência da servidora Tânia Maria do Nascimento Ferreira, que trabalha na área há muitos anos, e sugeriu que ela poderia se beneficiar de mais apoio técnico e orientação. Propôs que a educação ambiental fosse abordada de uma maneira mais participativa, com uma visão técnica que fosse além dos interesses



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

comerciais. Enfatizou que, ao fortalecer a participação social e proporcionar mais apoio técnico, o programa se tornaria mais acessível e eficaz. Concluiu sua fala parabenizando a participante Andréa Sabóia Moraes Sousa pela condução do trabalho e reafirmando a importância da contribuição técnica do conselho para o sucesso do programa.

22. A conselheira **MÁRCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA**, iniciou sua fala cumprimentando a todos e todas, e se apresentando como membro do ISPN. Ela fez uma conexão com as perguntas anteriores do conselheiro Edivaldo Moreira Gavião e Vice-Presidente Arthur Barros Fonseca Ribeiro, destacando a importância da inclusão de um eixo específico que trate dos povos e comunidades tradicionais no contexto do licenciamento ambiental estadual no Maranhão. Ela enfatizou que a consulta a esses povos não deve ser tratada de forma simples, mas deve respeitar o trâmite estabelecido pela resolução nº 69 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A consulta, segundo a conselheira, deve ser prévia e seguir um procedimento legal para ser considerada válida, atendendo às necessidades das comunidades tradicionais. Em seguida, parabenizou a SEMA pela iniciativa do curso de capacitação, destacando sua relevância, especialmente considerando as dificuldades do estado do Maranhão e dos municípios em realizar o licenciamento ambiental. Sugeriu que, na estruturação do programa, fosse incluída uma abordagem que tratasse também da dimensão climática no processo de licenciamento ambiental. Explicou que o licenciamento não deve se limitar ao impacto ambiental, mas também considerar os efeitos do empreendimento sobre a crise climática, levando em conta a contribuição ou agravamento dessa crise. Seguiu sua fala mencionando a importância de capacitar os técnicos para analisar os instrumentos ambientais, e destacou que a análise do impacto climático é uma parte crucial nesse processo. Ela sugeriu que essa dimensão climática fosse incorporada no plano de capacitação. Além disso, a conselheira apontou a necessidade de esclarecer as diferenças entre o licenciamento da União, o licenciamento estadual e o licenciamento municipal, mas ressaltou que esses processos devem ser parte de um sistema coordenado através do SISNAMA. Concluiu sua fala sugerindo que o aspecto técnico-jurídico do licenciamento ambiental fosse tratado de forma clara e integrada dentro do sistema. Por fim, ela agradeceu a oportunidade de contribuir com essas sugestões.

23. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, respondeu de forma unificada às contribuições e questionamentos apresentados anteriormente. Informou



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

que, no início do ano, foi realizada uma capacitação voltada a cinco municípios, motivada principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelas novas gestões municipais. Segundo relatado, muitos desses municípios estavam completamente desorientados quanto aos procedimentos básicos de licenciamento ambiental, sem saber por onde começar ou qual legislação consultar. A capacitação contou com a participação de cerca de 50 a 60 pessoas e lotou o auditório, o que evidenciou a demanda por formação técnica na área. Reforçou que a proposta do programa é justamente descentralizar a carga de trabalho atualmente concentrada na SEMA e no Estado. Mencionou que, do ponto de vista legal, a SEMA possui uma competência residual e que, idealmente, os empreendimentos de impacto local deveriam ser licenciados pelos próprios municípios. No entanto, devido a deficiências estruturais históricas, muitos municípios ainda não estão preparados para exercer essa função de forma autônoma. Atualmente, apenas 70 municípios maranhenses foram considerados aptos pela SEMA a realizar licenciamento ambiental. Contudo, foi destacado que, mesmo entre esses, muitos operam de forma precária. Avaliações recentes dos relatórios de gestão ambiental municipal, baseadas na Resolução Consema nº 43, revelaram que vários municípios ficaram abaixo do mínimo esperado. Diante disso, a coordenação afirmou que a abordagem adotada não será punitiva, mas sim formativa. O foco será na capacitação contínua, no estímulo ao fortalecimento institucional e na busca por alternativas, inclusive incentivando os próprios municípios a contratarem cursos externos, visto que a SEMA, por limitações de equipe e estrutura, não consegue atender simultaneamente todos os 217 municípios do estado. O objetivo do programa é oferecer um plano orientador, com diretrizes claras, mas sem substituir as responsabilidades locais. Em relação à sugestão de incorporar a dimensão climática ao programa, foi reconhecido que esse é um tema ainda recente nas práticas de licenciamento, embora já devesse ser amplamente abordado. A coordenação informou que esse eixo já está previsto no programa, inclusive como uma frente de capacitação interna, para os próprios servidores da SEMA. O objetivo é formar equipes técnicas preparadas para incluir a análise dos impactos climáticos nos processos de licenciamento ambiental, por meio da participação de especialistas com conhecimento aprofundado na área. Concluiu com a confirmação de que a temática climática já está no radar da Secretaria e foi incorporada ao plano de capacitação.

24. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, sugeriu um encaminhamento no sentido de fortalecer a articulação entre o Fórum Maranhense, os diversos contextos



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

representados na Gráfica e a Superintendência de Recursos Hídricos e Licenciamento. A proposta é que, ao longo do ano, sejam realizados reuniões e diálogos com o objetivo de construir uma plataforma de cursos voltados à formação política no estado do Maranhão. A pessoa proponente destacou a importância de se promover a formação da sociedade em torno das políticas públicas ambientais, não apenas da população em geral, mas também dos atores que já atuam diretamente nos comitês e nas bases locais. Ressaltou que esses agentes já demonstram preocupação com a política ambiental estadual e que essa iniciativa seria um passo relevante para fortalecer a participação e qualificação técnica desses públicos.

25. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** complementou sua fala reforçando que o programa de capacitação proposto tem caráter permanente e deve seguir um calendário anual com início, meio e fim bem definidos, permitindo que as pessoas possam se organizar com antecedência para participar. Esclareceu que os eixos temáticos e os sistemas de capacitação não necessariamente ocorrerão de forma sequencial, ou seja, não haverá obrigatoriamente uma ordem fixa em que o primeiro eixo seja sobre licenciamento, o segundo sobre outro tema, e assim sucessivamente até o final do ano. A intenção é que as ações ocorram de forma simultânea e coordenada, por meio de uma instituição especializada, garantindo maior efetividade e alcance, e evitando a dependência exclusiva da equipe da SEMA para a realização das capacitações. Foi destacado, ainda, que os próprios servidores da SEMA também necessitam de capacitação contínua e de oportunidades de aperfeiçoamento. Ressaltou a importância de valorizar os profissionais da casa, que já possuem alta qualificação técnica — incluindo mestres, doutores, mestrandos e doutorandos. No entanto, foi apontado que atualmente não existem mecanismos institucionais que permitam uma remuneração adequada aos servidores que se envolvem nas atividades de capacitação fora do expediente, como nos finais de semana ou no período noturno. Esses servidores participam das formações por comprometimento com o serviço público e pela vontade de compartilhar conhecimento com vistas à melhoria dos processos ambientais. Por fim, foi informado que o programa está sendo estruturado também como uma forma de incentivo interno, com a previsão de remuneração por hora-aula compatível com o nível de especialização dos servidores envolvidos. A medida visa beneficiar tanto a sociedade, com acesso a capacitações de qualidade, quanto os profissionais da SEMA, valorizando seu esforço e expertise.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

26. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** agradeceu à servidora Andréa Sabóia Moraes Sousa e aos demais conselheiros pelas contribuições. Em seguida, informou a transição para o próximo ponto da pauta da reunião, referente à apresentação do programa Conexão Ambiental: Construindo Planos Municipais no Maranhão. Na ocasião, foi convidada à mesa a servidora Raissa Ribeiro de Gusmão Azulay, responsável por conduzir a referida apresentação.

27. A servidora **RAISSA RIBEIRO DE GUSMAO AZULAY**, apresentou o Projeto Conexão Ambiental, que já é conhecido por muitos dos presentes. Destacou que se trata de um sonho antigo dos técnicos da SEMA: realizar uma atuação efetiva na área de educação ambiental, indo além de ações pontuais e buscando estruturar a gestão dessa área em parceria com a Secretaria de Educação (SEDUC), reconhecendo que a gestão da educação ambiental deve ser compartilhada entre diferentes setores. O projeto atualmente atua em 27 municípios do Maranhão, com o objetivo de estimular e instrumentalizar a criação dos Planos Municipais de Educação Ambiental. Pontuou que muitos desses municípios jamais haviam realizado qualquer ação sistematizada nessa área, e ainda dependem exclusivamente de iniciativas isoladas de professores com afinidade com o tema. Em muitos casos, nem mesmo os projetos pedagógicos escolares incluem ações de educação ambiental. Com o Conexão Ambiental, escolas e comunidades passam agora a contar com um instrumento de gestão que permite não apenas a atuação efetiva, mas também a cobrança de sua execução, seja pela população, pelo Ministério Público ou pelo próprio Estado. Explicou que o projeto é uma iniciativa da SEMA, construída metodologicamente com apoio da SEDUC. O objetivo principal é impulsionar os municípios na elaboração de seus planos de educação ambiental, reconhecendo que o órgão estadual não pode obrigá-los ou construir os planos em seu lugar, mas pode oferecer o impulso necessário. Os 27 municípios selecionados são aqueles que possuem TCTI (Termo de Cooperação Técnica Institucional) com a SEMA, indicando que possuem estrutura mínima para dar continuidade ao processo. O projeto inclui, além da elaboração dos planos, capacitações técnicas para as equipes de educação e meio ambiente. Outro destaque foi a inclusão de capacitações em licenciamento ambiental e TCTI, como metas complementares do projeto. Essas ações paralelas têm sido fundamentais para identificar realidades locais e também gerar insumos para o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental no estado. Relatou que o projeto tem ocorrido de forma padronizada em termos de metodologia, mas com adaptações às realidades regionais. Cada município possui um contexto diferente, com populações e desafios específicos, e essa diversidade é considerada no



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

processo. Informou que o nome Conexão se justifica justamente pelo esforço de fortalecer os vínculos entre estado e municípios, e sobretudo entre as secretarias municipais de educação e meio ambiente, que muitas vezes ainda atuam de forma isolada. Enfatizou que ainda existe, em diversos municípios, a percepção equivocada de que a responsabilidade sobre o meio ambiente é exclusiva da SEMA. O projeto busca romper com essa lógica, promovendo uma compreensão integrada e corresponsável entre os setores envolvidos. Dando continuidade à apresentação do projeto Conexão Ambiental, destacou que, ainda dentro do planejamento inicial, buscou-se manter a essência da educação ambiental: um processo participativo, democrático, contextualizado e transversal. Esses princípios orientaram todas as etapas do projeto. Etapa 1 – Reunião com Representantes Municipais

A primeira etapa do projeto consiste em uma reunião online com os representantes municipais, envolvendo as secretarias de meio ambiente e educação. A equipe da SEDUC também participou de algumas dessas reuniões, o que fortaleceu a parceria entre os órgãos estaduais e serviu de exemplo para os municípios. Essa reunião inicial tem o objetivo de verificar o interesse e a disposição do município em participar do projeto. Mencionou que, em alguns casos, o município não estava preparado ou recusou participar naquele momento. No entanto, alguns desses mesmos municípios manifestaram interesse posteriormente, mas não puderam mais ser incluídos devido à limitação das rotas já definidas. Etapa 2 – Mobilização Social – Considerou que a segunda etapa é uma das mais valorizadas, onde participou pessoalmente da mobilização social na maioria dos municípios. A prioridade nesse momento é garantir uma representatividade real na construção dos planos, preparando a população para participar da consulta pública. Explicou que não basta realizar um seminário com participação popular se as pessoas não sabem o que fazer ali. Por isso, a equipe da SEMA realiza um trabalho prévio de conscientização, explicando os objetivos e as possibilidades de contribuição ao plano municipal. Durante essa mobilização, a equipe: Entrega convites oficiais a diversos órgãos e instituições locais; realiza ações de educação ambiental; promove mini capacitações com comunidades, escolas, conselhos e órgãos municipais, adaptando-se à realidade local; estimula a divulgação ampla do evento na imprensa local; visita meios de comunicação para envolvê-los também como agentes da educação ambiental difusa, e não apenas como veículos de cobertura. Ressaltou que a educação ambiental difusa (feita por meios de comunicação, campanhas e ações informais) muitas vezes é esquecida, mas tem grande importância e deve ser estimulada. Etapa 3 – Realização do Seminário, após esse processo preparatório, acontece a realização do seminário em cada município, com a participação das comunidades. Neste momento, são colhidas



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

propostas para compor o Plano Municipal de Educação Ambiental. Também destacou os contatos institucionais feitos em cada localidade, incluindo: Prefeitura (prefeito) – sempre priorizado para apresentar diretamente a importância do projeto; Câmara de Vereadores; Promotoria de Justiça, como órgão fiscalizador essencial desde o início do processo; Conselhos Municipais de Meio Ambiente; Associações comerciais e empresários locais, adaptando-se à realidade de cada município. Em locais menores, chegam até a convidar donos de pizzarias, hotéis e pousadas (como em Primeira Cruz, cidade turística). Mini Capacitações e Articulação Técnica Paralelamente ao seminário, são realizadas capacitações sobre licenciamento ambiental e TCTI. A técnica Lidiane Almeida Estrela, do setor de licenciamento, tem acompanhado os eventos para ministrar essas formações in loco, o que tem sido bem recebido pelos municípios. Durante essas visitas, a equipe também percebeu que muitos conselhos municipais de meio ambiente existem formalmente, mas não se reúnem de fato. Essa constatação gerou a ideia de elaborar um relatório com base na experiência de campo para subsidiar melhorias nos processos de licenciamento e TCTI, a pedido da equipe técnica da SEMA. Destacou com entusiasmo os resultados expressivos de participação nas mobilizações realizadas nos municípios. Um exemplo simbólico citado foi o município de Humberto de Campos, que mesmo sendo pequeno, superou as expectativas: ao invés da meta de 200 pessoas, o evento contou com 343 participantes. Reforçou que não se trata apenas de quantidade, mas de qualidade e diversidade da participação: A mobilização busca intencionalmente a representação de diferentes segmentos sociais. Embora os eventos sejam abertos ao público, o foco não é simplesmente encher o auditório com estudantes ou curiosos. A equipe busca pessoas envolvidas diretamente com a gestão ambiental e educacional, como: Professores, gestores e coordenadores das redes municipal e estadual de ensino; Representantes da sociedade civil organizada; Movimentos sociais, associações comunitárias e grupos acadêmicos, como diretórios estudantis e grêmios escolares; E até artistas e figuras culturais locais interessados na pauta ambiental, como um poeta citado como exemplo. Frisou que essa pluralidade e diversidade são essenciais para garantir que o plano municipal de educação ambiental seja legítimo e participativo. Reconhecimento e Visibilidade do Projeto Ela também compartilham que o projeto vem ganhando visibilidade em nível estadual, sendo procurado por emissoras de TV interessadas em cobrir os seminários como pauta jornalística. Isso tem gerado uma ampla divulgação espontânea e serve como um indicador positivo de impacto. Essa visibilidade também tem sido potencializada pelo esforço local de divulgação, com apoio de Secretarias Municipais de Comunicação, rádios, portais de



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

notícias locais e redes sociais. Organização e Estrutura dos Seminários Durante os seminários, a equipe do projeto se responsabiliza por toda a logística do evento, garantindo: Credenciamento individualizado de cada participante; Registro formal de presença por segmento representado; Infraestrutura adequada, com *coffee break*, almoço e material de apoio; Elaboração e arquivamento de protocolos formais da mobilização, garantindo que o município tenha respaldo jurídico e evite questionamentos legais futuros sobre o processo participativo. Reforçou que a equipe não encerra a mobilização no município enquanto todos os segmentos previstos não forem efetivamente convidados e mobilizados. Esse zelo tem garantido um processo legítimo, participativo e juridicamente robusto. Foi questionado se o alcance do projeto abrange os 27 municípios, uma vez que a meta inicial de 5.600 pessoas alcançadas diretamente já foi superada antes do término, restando apenas a realização de alguns seminários. Além disso, foram mencionados os 540 atendimentos de licenciamento ambiental, conduzidos pela equipe da técnica Lidiane Almeida Estrela, bem como atividades paralelas de educação ambiental possibilitadas pelo projeto, incluindo ações desenvolvidas em parceria com a Superintendência de Educação Ambiental. Foi destacada a receptividade positiva aos eventos, com pesquisas de avaliação realizadas durante as atividades. Embora o projeto tenha apresentado resultados significativos, foram reconhecidas as dificuldades enfrentadas em alguns municípios, onde a implementação se mostrou mais desafiadora. No entanto, ressaltou o apoio recebido do secretário e das superintendências, além da prioridade dada pelo governo estadual. Foi mencionada a possibilidade de continuidade do projeto para acompanhamento pós-implementação, embora a SEMA já realize orientações técnicas aos municípios, como nos casos de Barreirinhas, Grajaú e Itapecuru Mirim, que já possuíam processos em andamento antes do projeto. Alguns municípios não necessitaram do "Conexão Ambiental", pois já recebiam suporte anteriormente, ainda que em menor escala. Atualmente, estão sendo realizadas reuniões com os municípios atendidos para garantir a conclusão dos planos, com ênfase no apoio técnico. Foram disponibilizados modelos de planos em *Word*, exemplos de documentos de outros estados e municípios, além de orientações detalhadas para facilitar a elaboração. Pedreiras foi citado como exemplo de sucesso, tendo lançado seu plano recentemente, o que motivou outros municípios a acelerarem seus processos. No entanto, foi reforçado que os prazos dependem das gestões locais, cabendo ao Ministério Público, à população e aos conselhos (CONSEMA/CONEH) a cobrança futura, já que a SEMA não possui essa atribuição. As orientações técnicas têm ocorrido principalmente de forma online, por meio de grupos de *WhatsApp*, ligações e, quando necessário,



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

visitas presenciais. Alguns municípios também têm buscado atendimento presencial em São Luís. Para encerrar, foi compartilhada uma reflexão sobre o impacto do projeto, que, além de cumprir metas diretas, gerou resultados indiretos significativos, como a sensibilização das comunidades locais, a promoção da responsabilidade ambiental e o fortalecimento do engajamento social. Convidou os conselheiros a multiplicarem essa perspectiva, reforçando a função social de todos os envolvidos. Agradeceu a participação e se colocou à disposição para esclarecimentos adicionais.

28. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, manifestou, propondo duas sugestões de encaminhamento. Inicialmente, destacou a necessidade de capacitação dos gestores municipais sobre a importância da educação ambiental e da estruturação de secretarias e conselhos municipais de meio ambiente. Sugeriu que o projeto Conexão Ambiental, em parceria com a FAMEM, oferecesse uma capacitação mais ampla para prefeitos e gestores públicos, visando conscientizá-los sobre o papel estratégico dessas instituições. Ressaltou a preocupação com a falta de compreensão por parte de alguns gestores municipais, que muitas vezes não enxergam a secretaria de meio ambiente como um setor gerador de recursos, mas sim como uma despesa. Citou como exemplo casos em que a pasta é agregada a outras áreas (como turismo e tecnologia), resultando em falta de técnicos especializados e inviabilizando a execução adequada das políticas ambientais. Elogiou a atual gestão da SEMA e sua liderança na política ambiental do estado, reconhecendo os avanços conquistados. Como proposta concreta, sugeriu a realização de um seminário de capacitação para prefeitos, em parceria com a FAMEM, com os seguintes objetivos: Explicar a importância socioeconômica de uma secretaria municipal de meio ambiente estruturada; demonstrar o potencial de captação de recursos por meio de projetos ambientais; orientar sobre o papel da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Concluiu afirmando que tal iniciativa fortaleceria a colaboração entre estado e municípios, incentivando os prefeitos a priorizarem a agenda ambiental em suas gestões. Agradeceu o espaço e encerrou sua fala.
29. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, parabenizou as servidoras Raissa Ribeiro de Gusmão Azulay e Tânia Maria do Nascimento Ferreira, pela condução do projeto Conexão Ambiental, destacando sua transformação em um programa efetivo e contagiante. Ressaltou que, em pouco mais de um ano, o programa já apresenta resultados concretos, como a entrega de planos de educação ambiental e o interesse crescente de outros municípios. Observou ainda que o público atingido é qualificado e engajado, superando expectativas iniciais. Quanto à estruturação dos órgãos ambientais municipais, o conselheiro reforçou a importância da capacitação



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

de gestores, citando iniciativas já em curso, como o Encontro de Gestão Ambiental Municipalista e o Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental (PDGA), que inclui um eixo específico para formação de líderes na área. Frisou a necessidade de sensibilizar prefeitos sobre o papel estratégico das secretarias de meio ambiente, que vão além da fiscalização e podem captar recursos e promover programas sociais. Foram mencionados exemplos positivos, como o município de Grajaú, premiado pela SEMA por sua gestão ambiental exemplar, e a sugestão de que municípios menos estruturados busquem referências em casos de sucesso. Reconheceu que os avanços demandam tempo e colaboração de todos, encerrando com um apelo ao engajamento contínuo dos presentes.

30. A servidora **RAISSA RIBEIRO DE GUSMÃO AZULAY**, complementou a discussão informando que a SEMA está em processo de atualização do Plano Estadual de Educação Ambiental, cuja metodologia serviu de base para o projeto Conexão Ambiental. Ressaltou que a mesma abordagem tem sido aplicada em municípios que solicitaram apoio, mesmo fora do escopo do projeto. Recomendou que os municípios alinhem seus planos às temáticas do plano estadual, mas também incentivou a inclusão de novas prioridades locais durante a atualização. Como exemplo, citou os eixos temáticos trabalhados na metodologia do Conexão Ambiental: Combate a queimadas e desmatamento; Gestão de recursos hídricos; Resíduos sólidos; Unidades de conservação; Escolas sustentáveis e resilientes; Fortalecimento dos sistemas municipais de meio ambiente. Enfatizou que, embora esses temas sejam prioritários, os municípios têm autonomia para adicionar outras demandas relevantes em seus planos, adaptando-os às realidades locais.
31. O Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, destacou a necessidade de integrar os Comitês de Bacia Hidrográfica ao projeto Conexão Ambiental, argumentando que a centralização das ações na SEMA limita seus resultados. Frisou que a descentralização é essencial, mas esbarra na falta de recursos, especialmente devido à ausência de uma política estadual de gerenciamento hídrico que inclua cobrança pelo uso da água — prática já adotada em outros estados do país. Pontuou que, sem mecanismos de financiamento (como taxação de consumidores domésticos e empresariais), a gestão ambiental continuará subfinanciada e relegada a último plano nas prioridades governamentais. Criticou a contradição entre o discurso de valorização do meio ambiente e a ausência de ações concretas, como a implementação de planos de bacia e a estruturação dos comitês. Concluiu com um apelo urgente para que o Maranhão avance nessa política, alertando que, sem medidas práticas, as discussões no conselho permanecerão estagnadas.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

32. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, falou sobre a percepção de que a educação ambiental no âmbito estadual tem avançado, embora ainda existam desafios significativos nos municípios, especialmente na implementação de planos municipais e comissões locais. Ressaltou-se que o maior impacto do projeto não está apenas em seus resultados diretos, mas em sua capacidade de formar agentes multiplicadores da consciência ambiental. Criticou a contradição observada em agentes públicos (como secretários, professores ou gestores) que, apesar de suas funções, ainda demonstram comportamentos antagônicos à educação ambiental, como descarte inadequado de resíduos. Citou-se Paulo Freire para reforçar a diferença entre formação técnica e educação efetiva, apontando que há excesso de discursos e lacunas na prática transformadora. Defendeu-se que iniciativas como o Conexão Ambiental devem transcender a fase de projetos e se consolidar como políticas públicas permanentes, com abordagens específicas para diferentes realidades, como comunidades tradicionais e povos indígenas, cujos conhecimentos e métodos educacionais ambientais diferem dos modelos convencionais. Concluiu-se com um apelo para que as ações não se limitem aos 27 municípios iniciais, mas se expandam prioritariamente para áreas com territórios indígenas e comunidades tradicionais, garantindo que a educação ambiental seja inclusiva e adaptada às diversidades culturais.
33. A Servidora **RAISSA RIBEIRO DE GUSMÃO AZULAY**, reforçou o cuidado contínuo do projeto em assegurar a representatividade de comunidades tradicionais nos municípios ainda não atendidos. Destacou que a seleção de participantes para mobilização é realizada em conjunto com as gestões municipais, mas reconheceu-se as limitações impostas por contextos políticos locais e dinâmicas sociais complexas. No caso de povos indígenas, mencionou a articulação com a FUNAI e outras instituições para garantir sua participação. Para outras comunidades tradicionais, enfatizou-se a adoção de múltiplas estratégias de inclusão, visando abranger todas as formas organizadas da sociedade civil, mesmo diante de desafios estruturais.
34. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** concordou com as colocações do conselheiro Reinaldo Pereira da Silva, reforçando que os programas de capacitação em desenvolvimento, como o Programa de Desenvolvimento de Gestão Ambiental - PDGA, têm como objetivo viabilizar a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no estado. Ressaltou que se trata de um recurso finito e que a medida é necessária. Destacou a atual fragilidade dos comitês de bacia, especialmente no que diz respeito à falta de pessoal qualificado. Enfatizou que as capacitações devem ter um caráter prático e produtivo, indo além da mera emissão de certificados,



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

com o objetivo de fortalecer efetivamente esses órgãos. Como exemplos de boas práticas, citou os comitês de bacia de Minas Gerais e Paraíba, que já alcançaram um bom nível de estruturação e arrecadação. No entanto, foi lembrado que esse processo demandou tempo e amadurecimento institucional, não sendo possível sua implementação imediata apenas através de portarias ou leis. Por fim, reforçou a importância de continuar investindo em capacitação e fortalecimento institucional como caminho para alcançar os objetivos propostos.

35. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSO PORTELA**, solicitou à Superintendência de Educação Ambiental que apoie a Secretaria Executiva no processo de mobilização para as eleições dos conselhos. Foi destacado o sucesso da metodologia utilizada no projeto Conexão Ambiental como referência para essa ação. Informou-se que serão iniciadas viagens de mobilização em diversos municípios, sendo necessário o envolvimento da superintendência para: Convidar instituições para participarem das palestras e capacitações estimular a realização de inscrições ao passar para o próximo ponto da pauta - a atualização dos representantes do CONSEMA na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) – foi concedida a palavra à Tânia Maria do Nascimento Ferreira para breve explanação antes da discussão sobre as atualizações.
36. A servidora **TÂNIA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA**, apresentou informações sobre a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) do Maranhão, destacando sua relação com o CONSEMA, com o CONERH e com o Conselho de Educação. Informou que foram selecionados dois representantes do CONERH e que o CONSEMA precisa indicar dois representantes. Fez um apelo para que mais membros da sociedade civil participem da CIEA, especialmente representantes de povos e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores, coletores etc.), reforçando a necessidade de inclusão. Destacou que atualmente há vagas disponíveis para o biênio 2025-2026. A representante compartilhou uma experiência pessoal sobre a importância dos planos municipais de educação ambiental, lembrando quando foi questionada sobre quantos municípios tinham seus planos prontos com apoio da SEMA. Encerrou reforçando o convite para participação na CIEA e o compromisso de continuar trabalhando para expandir os resultados.
37. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, consultou o conselheiro Edivaldo Moreira Gavião sobre sua disponibilidade para integrar a CIEA. O conselheiro Edivaldo Moreira Gavião manifestou concordância em participar.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

38. A Conselheira **MÁRCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA**, solicitou um prazo para consultar sua coordenação antes de confirmar a participação na CIEA, comprometendo-se a retornar com uma resposta posteriormente.
39. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, registrou sugestão do conselheiro Luiz Henrique Fontenelle Graça direcionada à equipe do Conexão Ambiental, propondo a criação de conteúdos em formatos de rádio comunitária ou podcast como ferramenta de divulgação do projeto.
40. A servidora **RAISSA RIBEIRO DE GUSMÃO AZULAY**, manifestou apoio à proposta, sugerindo que a iniciativa poderia ser desenvolvida tanto pela Escola Ambiental do Maranhão quanto pela Superintendência de Educação Ambiental, comprometendo-se a encaminhar a ideia para análise dos órgãos competentes.
41. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** reforçou a proposta de criação de um podcast institucional da SEMA, destacando que o formato poderia ser utilizado para: Divulgar ações, conteúdos e planejamentos estratégicos promover discussões com superintendências e pesquisadores apresentar projetos e inovações ambientais foi ressaltado que a educação ambiental serve como porta de entrada para essas iniciativas e que já existem produtos consolidados que poderiam ser aproveitados. Solicitou-se formalmente que a SEMA considere a criação deste instrumento de comunicação para discussão das políticas públicas ambientais do estado.
42. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, propôs a aprovação provisória do conselheiro Edivaldo Gavião Moreira como suplente, condicionada à confirmação por sua instituição (ISPN). Caso não haja confirmação, sugeriu-se abrir votação no grupo do CONSEMA para que o próprio segmento decida sobre a suplência. Foi consultado se os demais conselheiros tinham outras sugestões para o encaminhamento.
43. O conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, manifestou apoio à indicação das duas instituições em questão, considerando-as as mais aptas para participação no momento atual. Destacou que ambas possuem: Conhecimento técnico adequado e histórico relevante de atuação. Avaliou positivamente que a composição da CIEA com essas representações traria contribuições significativas para as ações da comissão, declarando seu voto favorável à aprovação das indicações.
44. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou sobre a confirmação de participação por parte da instituição Associação Wyty – Cati das Comunidades Indígenas Timbira do Maranhão e Tocantins, representada por Edivaldo Gavião Moreira e formalizou



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

a seguinte proposta de encaminhamento: Aprovação imediata do conselheiro Edivaldo Gavião Moreira como titular, e suplência condicionada à confirmação da instituição ISPN. Caso não confirmada a participação, a vaga de suplente seria submetida a votação no grupo de *WhatsApp* do CONSEMA para decisão. Abriu para manifestação.

45. A conselheira **MÁRCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA**, informou que, encaminhou a solicitação para avaliação de sua coordenação comprometeu a retornar com o posicionamento institucional após análise.
46. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, deu continuidade à pauta, apresentando a primeira inserção: Indicação para Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos (P2R2). Foi recebido ofício da Sala de Situação da SEMA solicitando a indicação de: 1 representante titular 1 suplente. Os indicados comporão a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos (P2R2) Informou que será realizada uma reunião de nivelamento no dia 25 de fevereiro do corrente (próxima terça-feira). O Conselho foi convidado a participar através de 2 (dois) representantes. Abriu para manifestações e lembrou que, as vagas são para representantes da sociedade civil.
47. O servidor **JOELSON CACO PEREIRA DA GRAÇA**, saudou aos presentes, tanto de forma presencial quanto por videoconferência. Apresentou o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos (P2R2), instituído por decreto em 2004, que tem como objetivo monitorar ações relacionadas à manipulação de produtos químicos e seus impactos ambientais, especialmente em casos de acidentes. Informou que a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), por meio do Centro de Prevenção de Desastres Ambientais, atua não apenas no monitoramento hidrometeorológico (via Núcleo de Segurança Hidrológica e Núcleo de Segurança Climática), mas também no Núcleo de Emergências Ambientais, responsável pela validação de planos de atendimento a emergências de empreendimentos. Pontuou que recentemente, em acordo com a superintendência de licenciamento, foi estabelecido que a SEMA também emitiria pareceres sobre esses planos. Destacou a importância dos planos de atendimento a emergências para garantir respostas eficientes a vazamentos ou outros incidentes, adaptadas às particularidades do estado. Citou como exemplo emblemático o caso do navio Stella Banner (2020), que permaneceu 128 dias em operação antes de naufragar. Embora não tenha havido vazamentos, a potencial catástrofe ambiental – especialmente para os manguezais, áreas críticas de reprodução –



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

motivou a retomada de discussões sobre o tema. Em 2012, o estado organizou um grupo de trabalho e um seminário para tratar do assunto, mas as ações não avançaram. Agora, convocou uma reunião para o dia 25 (como alinhamento prévio) e solicitou a indicação de titulares e suplentes para compor um comitê. Esse grupo incluirá representantes da sociedade civil, autoridades policiais e empresários (principais responsáveis pela apresentação dos planos de atendimento e emergência). Informou que o P2R2 será incorporado ao Plano de Enfrentamento a Emergências Climáticas do Maranhão, previsto para lançamento ainda em 2025. Pontuou que nos últimos cinco anos, registraram-se 80 incidentes no estado, como derramamentos e tombamentos de caminhões. Um caso recente citado foi o acidente na Ponte do Estreito, onde três caminhões (dois com ácido sulfúrico e um com pesticidas) caíram no rio. Dois dos veículos ainda estão submersos, e um vazamento gradual de ácido sulfúrico ocorreu. Destacou que SEMA atuou em coordenação com o DNIT, Agência Nacional de Águas e Ibama, realizando coletas de água e alertando sobre riscos ao abastecimento em Imperatriz. As buscas pelas vítimas (17 no total, incluindo três corpos não localizados) foram suspensas devido às condições do rio (profundidade de 65m e vazão elevada). Frisou a necessidade de adaptar os planos de contenção à realidade do Maranhão, com suas variações de maré – fator que limitou a eficácia das medidas no caso do Stella Banner, originalmente projetadas para portos como Santos. Por fim, anunciou que, na reunião do dia 25 de fevereiro do corrente ano, haverá uma apresentação do Ministério do Meio Ambiente sobre o status do P2R2 no Brasil. Salientou que a iniciativa maranhense se destaca pela retomada do tema, muitas vezes negligenciado até que acidentes ocorram.

48. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, iniciou sua fala relembando o limite de participação em câmaras técnicas e comissões por instituição, estabelecido em até três representações. Propôs que as instituições presentes indicassem um titular e um suplente para votação. Abriu para manifestação. Observando a baixa adesão da sociedade civil online no momento. Sugeriu-se que os conselheiros presentes entrassem em consenso para definir titularidades e suplências. Foram convidados a se manifestarem os conselheiros Reinaldo Pereira da Silva (IEMP), Francisco Pereira da Silva (INPP) e Ronald Henrique Gomes Chaves (Sociedade Moradia Digna).
49. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, manifestou, destacando que sua instituição é a única que participa de apenas uma comissão, enquanto as demais estão vinculadas a duas ou três. Mencionou que, com base nos produtos apresentados e considerando o período final de renovação do conselho, colocou-se à disposição para atuar como titular. Ressaltou seu interesse em contribuir tecnicamente no processo, oferecendo sua visão e planejamento. Afirmou considerar



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

conveniente sua participação, uma vez que possui disponibilidade de tempo e disposição para estar presente nas discussões, visando deixar uma contribuição significativa nessa fase decisiva.

50. O Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, manifestou-se à disposição para participar, por ter interesse particular no assunto em discussão. Destacou que possui conhecimento relevante na área técnica em questão, o que seria valioso para a comissão.
51. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, retomou a palavra para esclarecer sobre as vagas disponíveis, reiterando que havia apenas uma posição de titular e uma de suplente, havendo três instituições indicadas. Relatou o resultado da votação: Sociedade Maranhense de Defesa e Moradia Digna, recebeu 6 votos; Instituto Nacional de Políticas Públicas – INPP, recebeu 2 votos; Instituto Ecológico Martim Pescador - IEMP recebeu 1 voto. Seguindo com o processo de votação estabelecido, fica assim constituído: Titular: Sociedade Maranhense de Defesa e Moradia Digna e Suplente: Instituto Nacional de Políticas Públicas – INPP. Informou sobre a próxima reunião, marcada para o dia 25 de fevereiro do corrente ano, às 9h, a ser realizada no Auditório da Defensoria Pública. Encerrada essa deliberação, agradeceu o servidor Joelson Caco Pereira Da Graça e deu prosseguimento à próxima pauta da reunião.
52. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, apresentou a próxima pauta, referente à indicação de 5 delegados natos para representar o CONSEMA na Conferência Estadual de Meio Ambiente. Informou que o evento está agendado para os dias 13 e 14 de março, conforme previsto no regimento interno. Explicou que esses delegados terão as seguintes atribuições: Representar o conselho durante a conferência; participar da votação para priorização de propostas a serem levadas à etapa nacional; eleger os delegados que defenderão as propostas estaduais no âmbito nacional. Destacou a distribuição de vagas, sendo um total de 30 vagas para conselhos, fóruns e comitês estaduais de meio ambiente. Especificou que, dentre as 30 vagas mencionadas, 5 são destinadas ao CONSEMA e 5 ao CONERH. Esclareceu que não podem ser indicados delegados já eleitos em etapas municipais, que os representantes devem ter disponibilidade para participar integralmente do evento de dois dias e que será necessário analisar 18 propostas por eixo temático, num total de aproximadamente 400 delegados, sendo que apenas 40 seguirão para a etapa nacional. Informou que a representação pode incluir membros além da sociedade civil. Destacou que os interessados devem estar cientes da importância e da carga de trabalho envolvida e que a participação exige comprometimento com todo o processo da conferência. Abriu para manifestações.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

53. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, manifestou sobre sua trajetória de participação em conferências, destacando que sempre esteve presente como colaborador representando movimentos sociais. Relatou que, por já integrar o CONSEMA, frequentemente era orientado a não concorrer a vagas nas etapas municipais, para priorizar a participação de organizações locais. Esclareceu que nunca disputou credenciais como delegado municipal, justamente para evitar sobreposição com representantes locais, manteve participação ativa independentemente de status formal como delegado. Colocou-se à disposição para representar o CONSEMA na conferência estadual, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nas últimas três edições do evento.
54. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, respondeu que registrará a indicação do conselheiro Ronald Henrique Gomes Chaves e que encaminhará todas as indicações à comissão organizadora da conferência. Alertou que a comissão verificará cruzamento com listas de delegados já eleitos nas etapas municipais. Reiterou que cada conferência municipal enviou sua relação oficial de delegados eleitos. Registrou que as seguintes instituições foram indicadas como delegados natos: Polícia Militar do Maranhão (BPA), Sociedade Maranhense de Defesa e Moradia Digna e Associação Wyty – Cati das Comunidades Indígenas Timbira do Maranhão e Tocantins. Pontuou que, diante da ausência de novas indicações imediatas, propôs divulgar as vagas restantes no grupo informativo do conselho, permitindo que membros ausentes possam manifestar interesse. Reafirmou que todas as indicações seriam submetidas à comissão organizadora para verificação de conformidade com o regimento e análise de possíveis conflitos com delegados já eleitos em conferências municipais. Não havendo outras propostas, encerrou o processo de indicações e seguiu para o próximo item da pauta. Abriu espaço para assuntos de interesses gerais e informes complementares, convidando os presentes a se manifestarem.
55. O Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, informou sobre o início do processo de eleição do Comitê de Bacia do Rio Mearim-Grajaú em Barra do Corda, marcado para 12 de março. Convidou todos os presentes para participar do evento. Manifestou preocupação com a baixa representatividade na reunião, afirmando que isso dificulta os avanços necessários. Destacou que os entraves no progresso da política de recursos hídricos não se devem à incompetência ou desinteresse do estado, mas à falta de efetividade nas ações. Frisou que muitos conselheiros têm capacidade para contribuir mais ativamente, mas suas vozes não estão sendo suficientemente consideradas. Alertou que, sem a implementação do plano de recursos hídricos e do plano de gerenciamento hídrico nos comitês de



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

bacia, os trabalhos permanecerão estagnados. Encerrou sua fala reafirmando a urgência em superar esses desafios para garantir avanços concretos.

56. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, complementou as colocações anteriores, reforçando os pontos abordados pelo conselheiro Reinaldo Pereira da Silva e pontuando sobre participação dos conselheiros nas reuniões, onde reconheceu que o formato híbrido tem permitido a realização das reuniões mesmo com baixa presença física, evitando assim cancelamentos, mas ressaltou que sobre a importância da presença majoritária dos conselheiros para debates mais qualificados e interações presenciais. Sobre engajamento nas câmaras técnicas, manifestou preocupação com a baixa participação dos conselheiros nas reuniões de câmaras técnicas. Frisou a necessidade de que os próprios conselheiros proponham pautas, projetos e ações para essas instâncias, lembrando que a secretaria executiva tem papel de apoio, mas a responsabilidade principal é dos membros do conselho. Chamando à corresponsabilidade, destacou que cobrar ações é fácil, mas a execução depende do envolvimento ativo dos conselheiros. Reiterou que a secretaria executiva está disponível para auxiliar, porém a missão estratégica é dos representantes do conselho.
57. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, iniciou sua fala com um convite, destacando que o Conselho Estadual das Cidades está em processo de mobilização para conferências municipais, sugerindo que os presentes acessem o site da SECID para informações sobre a realização dessas conferências em seus municípios. Em seguida, propôs uma reflexão autocrítica, afirmando que a Sociedade Maranhense de Defesa e Moradia Digna tem contribuído, de formas variadas (como participação em reuniões e mobilizações), para o avanço das políticas públicas ambientais no estado. Frisou que não concorda com narrativas que desqualificam a atuação coletiva, defendendo que a ausência pontual de algumas instituições não invalida as ações do grupo como um todo. Destacou ainda a importância da participação efetiva nos espaços técnicos, como câmaras e reuniões, e ressaltou que cada instituição tem limitações e contextos distintos, sendo necessário respeito às individualidades. Reiterou que o objetivo do espaço é a construção coletiva, não o conflito, e que a autoavaliação e a adaptação às dinâmicas do sistema são essenciais para o progresso das políticas. Por fim, o participante agradeceu pela oportunidade de contribuir, mencionou que estava presente online devido a compromissos pessoais, inclusive em período de luto, e reafirmou o compromisso da instituição que representa com a participação social e o avanço das políticas públicas no Maranhão. Encerrou desejando bênçãos a todos.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

58. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, respondeu ao Conselheiro Reinaldo Pereira da Silva, informando que já havia encaminhado um ofício ao gabinete do secretário, solicitando uma reunião na semana seguinte. No documento, recomendou a inclusão de instituições relevantes, como os comitês de bacias hidrográficas do estado do Maranhão, além de possíveis parceiros, entre eles a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), citando a importância dos estudos desenvolvidos por essas instituições na área ambiental. Frisou-se que há registros escritos consolidados ao longo de uma década (2015–2025), documentando os avanços e desafios da política pública de águas no estado, construídos em colaboração com o Fórum Maranhense de comitês de bacias. Reconheceu que, embora haja progresso, ainda há necessidade de avanços, especialmente na conscientização sobre a gestão sustentável dos recursos hídricos e ambientais. Destacou o compromisso de fortalecer o diálogo entre os atores envolvidos — poder público, Fórum Maranhense e comitês — sem sobrepor espaços de atuação, respeitando as responsabilidades específicas de cada ente. Enfatizou a importância dos planos de bacias hidrográficas como base estruturante para a política estadual de águas, reforçando a necessidade de continuidade nessa construção coletiva.
59. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que os processos eleitorais estão abertos e que as mobilizações terão início na semana seguinte, contando com o apoio dos presentes na divulgação. Ressaltou a necessidade de ajustes no cronograma devido ao feriado de Carnaval, que reduzirá uma semana útil de atividades, e é devido a conferência estadual, onde será incluído um espaço dedicado aos Conselhos. Quanto às mobilizações, explicou que, inicialmente, a mobilização ocorrerá de forma online a partir de quinta-feira, 27 de fevereiro, por não ter sido possível confirmar um local presencial em São Luís a tempo. Adiantou que eventos presenciais em São Luís e outros municípios serão realizados posteriormente, ainda dentro do prazo eleitoral, para garantir maior participação. Pediu que os membros ajudassem na divulgação dos cards informativos que serão enviados ao grupo. Agradeceu a presença de todos (virtual e presencial), reconhecendo os desafios logísticos, como o mau tempo no dia, e reforçou a importância da participação ativa, independentemente do formato. Desejou um bom final de semana a todos e reafirmou o valor da discussão realizada, enfatizando a abertura para contribuições futuras.
60. Não havendo mais manifestações, o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a reunião.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO**

Eu, Francisco Carlos Silva Melo, copiei a presente Ata que foi lavrada e assinada pelo Vice-Presidente do CONSEMA, ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO, que exerceu a função de presidente na reunião.

São Luís, 21 de março de 2025.

**ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**

Vice-Presidente do CONSEMA

**LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**

Secretária Executiva do CONSEMA



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2025, às 15:37.

Assinado por: ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO

Código Verificador: 83990197, Código CRC: VVXW2NAQ

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2025, às 15:51.

Assinado por: LENNISE MARIA PASSOS PORTELA - Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS

Código Verificador: 83990197, Código CRC: VVXW2NAQ

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.